

# **Independência ou em dependência? Apontamentos sobre as relações entre produção e reprodução no capitalismo**

*Independence or in dependency? Notes on the relation  
between production and reproduction on capitalism*

Danielle Jardim da Silva\*

## **Resumo**

Esse artigo busca localizar teoricamente a opressão das mulheres no capitalismo a partir da análise das relações entre produção de valor e reprodução da força de trabalho, tendo como perspectivas a teoria unitária e o ponto de vista da reprodução social.

**Palavras-chave:** reprodução; produção; capitalismo; opressão da mulher

## ***Abstract:***

*This article tries to locate theoretically the women's oppression on capitalism based on the analysis of the relations between production value and reproduction of the workforce, adopting the unitary theory and the point of view of the social reproduction as perspectives.*

**Keywords:** reproduction; production; capitalism; women's oppression

---

\* Mestranda em História Social na Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo da UFF.

### **Introdução: O contexto em que o artigo se insere**

Os anos 1970 foram marcados por uma profusão de estudos acadêmicos voltados para pensar a relação entre opressão da mulher/patriarcado e capitalismo. Nesses anos, mulheres que se engajaram na segunda onda do feminismo<sup>1</sup> levaram para o espaço acadêmico suas dúvidas e reflexões. Era o surgimento de uma área de estudos que se destinava a pensar o lugar das mulheres na sociedade e as relações hierárquicas de gênero<sup>2</sup>.

Nos anos seguintes, assistimos a um movimento duplo e contraditório: o campo dos “estudos feministas/estudos de gênero” consolidou-se, ao mesmo tempo em que o movimento feminista entrou em refluxo, perdendo seu caráter de massas das décadas 1960/1970. Constatamos também um afastamento entre feminismo e marxismo, tanto no movimento quanto na academia (em especial). Gradativamente, aspectos culturais, subjetivos e identitários assumiram o primeiro plano, buscando uma diversidade de referenciais teóricos que geralmente perderam de vista as ligações entre capitalismo e opressão de gênero, com exceções para alguns trabalhos, como, por exemplo, o campo de estudos sobre trabalho feminino e divisão sexual do trabalho.

A partir dos anos 2000, é possível identificar um novo ascenso de lutas do movimento feminista<sup>3</sup>, que tem se convencido a chamar de “terceira onda” do feminismo. Em meio a esse ascenso, nos últimos anos, tem sido possível voltar a vislumbrar tentativas de reaproximação entre feminismo e marxismo. Para isso, contribui o fato de que o crescimento do movimento feminista e de suas lutas:

– Coloca urgência para os movimentos sociais e acadêmicos reverem suas relações com o debate feminista<sup>4</sup> (forçando movimentos e acadêmicos, antes resistentes à pauta, a interagirem e dar respostas nessas questões);

<sup>1</sup> Nos estudos feministas e de gênero, a análise do movimento feminista convencionou-o separá-lo como formado por 3 ondas: a primeira onda, centrada no fim do século XIX e início do XX, que teve como foco as demandas pelo direito de participação política (voto), de trabalho, de acesso a propriedade, etc; a segunda onda, centrada nos anos 1960, que formulou a ideia do Gênero como construção social a partir do sexo e levantou demandas antes associadas ao espaço público, como sexualidade, direito a aborto, violência contra a mulher, e logo também as pautas das mulheres negras e lésbicas; e a terceira onda, a partir dos anos 2000, centrada na desconstrução dos binarismos de gênero, na inclusão das mulheres transexuais nos movimentos feministas e pelas especificidades das diferentes formas de opressão vivenciadas pelas diferentes mulheres, de acordo com o lugar social ocupado por cada mulher. (Carrara, 2010a)

<sup>2</sup> Inicialmente, o campo de estudos focou em resgatar as contribuições das mulheres e visibilizá-las na história, tendo-as como objeto principal (em muitos casos únicos). Entretanto, nos últimos anos, muitos reformularam a nomenclatura da área para “estudos de gênero”, buscando visibilizar o aspecto relacional da opressão de gênero e suas determinações não somente sobre as mulheres, mas sobre as relações em geral.

<sup>3</sup> Esse crescimento é não só do movimento feminista, mas também do movimento LGBT/de diversidade sexual, que encampa também as discussões sobre a opressão de gênero.

<sup>4</sup> Isso pode ser identificado também em outras pautas identitárias ligadas ao debate de opressões de um modo geral, pautas que também tiveram seus respectivos movimentos em crescimento, como LGBT e negrxs, assim como juventude e outros.

– Contribui para o fortalecimento de setores que, dentro dos movimentos e academia, fazem do debate feminista/de gênero objeto de luta/organização ou pesquisa/estudo, a partir da urgência conjuntural colocada;

– Força os diferentes setores engajados nas lutas e nos estudos feministas, em meio à diversidade (se não proliferação) de referenciais teóricos que marca o atual momento do feminismo, a aprofundarem suas análises e definição/busca dos referenciais teóricos adequados para responder às perguntas sociais colocadas. Nesse processo, tem sido possível tanto o resgate de debates/elaboraões dos feminismos das décadas de 1960/1970 “perdidos” no tempo, quanto novas formulações e, ainda, sínteses entre diferentes perspectivas.

O marxismo foi muito marcado por visões autoritárias, economicistas, etapistas e reducionistas ao longo de sua história, que se distanciaram do pensamento de Marx. É preciso reafirmar o marxismo como inerentemente acoplado à sua capacidade de atualização, afirmar o marxismo não como dogma, mas como *materialismo histórico*, ou seja, uma perspectiva teórica que lida com a realidade concreta, com uma história concreta, com a sociedade como totalidade viva, complexa e contraditória e, dessa forma, evitar tanto uma concepção imutável de marxismo quanto a utilização das categorias marxistas de forma mecânica, buscando ajustar a realidade a um enquadramento previamente definido, esquecendo-se de olhar para a realidade mesma e sua história.

Esse artigo parte da convicção de que uma maior aproximação entre feminismo e marxismo não só é possível, como é extremamente necessária, sobretudo em uma conjuntura de austeridade provocada pela crise econômica e pelo avanço de setores conservadores, que colocam tantos desafios para a vida das mulheres. Nesse cenário, põe-se como uma tarefa urgente do marxismo superar a pulverização teórica do feminismo (e outras lutas identitárias) ou, pelo menos, oferecer uma base para organizar teoricamente o caos colocado.

### **Visibilizando a relação entre produção e reprodução no capitalismo**

Se olharmos para a produção capitalista (uma fábrica, por exemplo), podemos levantar alguns de seus principais elementos. A existência de uma burguesia, detentora dos meios de produção, e de uma classe de trabalhadores despossuídos, que precisam vender sua força de trabalho. Esse trabalho, realizado pela classe trabalhadora, é gerador de valor e mais-valor apropriados pela classe burguesa. O contrato de trabalho determina que os trabalhadores se apresentem durante determinadas horas por dia no local de trabalho (local espacial e temporalmente diferente do espaço doméstico) para a produção de mercadorias, executem determinadas tarefas, para as quais são requeridas determinadas habilidades e, ao final um período “x” de tempo, recebam um salário, que deve ser suficiente para sua subsistência mínima.

No entanto, é importante notar que esses trabalhadores não são trabalhadores quaisquer, em quaisquer condições. Eles são trabalhadores que se apresentam no local de trabalho limpos, descansados, saudáveis, vestidos de determinada forma, alimentados, com estabilidade emocional, capacidade de comunicação e afetividade e, em tese, em determinada idade que não abarcanem a infância extrema e nem a velhice extrema. Além disso, é necessária a liberação de um grande contingente de força de trabalho disponível para que se apresente todos os dias durante no mínimo 8h de trabalho sem estar envolvido em outras atividades durante esse tempo, e, ainda, tal contingente de força de trabalho precisa ser renovável, ou seja, é preciso que esses trabalhadores, que um dia irão morrer/se aposentar, sejam “repostos” por outros.

Assim, um primeiro olhar sobre a produção capitalista pode apresentar-se somente como uma parte de um “quebra-cabeça” maior. É necessário um segundo olhar sobre a produção, e, principalmente, sobre o trabalhador que se apresenta no local de trabalho, para que possamos visibilizar a relação entre *produção*, de um lado, e *manutenção* e *reprodução* da força de trabalho, de outro, e perceber que as tarefas descritas acima (cuidado da higiene, roupas, casa, saúde física e emocional, desenvolvimento afetivo, cuidado de crianças, idosos e doentes, reprodução biológica da força de trabalho e, no limite, a liberação do espaço produtivo de todas essas preocupações), tarefas essas que são fundamentais ao funcionamento da produção tal como ela se coloca, têm sido, ao longo da história do capitalismo, realizadas pelas famílias e, dentro das famílias, pelas mulheres.

Refazer essa relação é essencial para diagnosticarmos o fato de que o modo de produção capitalista produziu e se baseou em um aprofundamento da divisão entre produção, realizada no espaço público (originalmente realizada majoritariamente pelos homens), e reprodução, realizada no espaço privado (realizada quase exclusivamente pelas mulheres). Por sua vez, a forma como o trabalho se organiza no modo de produção capitalista – operando no espaço público e externalizando as preocupações sobre a reprodução da classe trabalhadora<sup>5</sup> – tende a reforçar uma relação estranhada, ainda que de dependência, entre produção e reprodução.

Aqui, já podemos adiantar a hipótese a ser trabalhada nesse artigo: de que a separação entre produção e reprodução no capitalismo gera, ao contrário de uma independência relativa entre esferas, uma dependência estrita.

Consideramos, no nosso exemplo, o trabalho fabril e, portanto, produtivo, mas é importante notar que essas determinações não ficam estritas a ele, estendendo-se sobre as outras formas de trabalho, mesmo as não produtivas. Como Marx demarcou, uma das características do capitalismo é a submissão gradativa

<sup>5</sup> Do ponto de vista da produção, para além do salário não há qualquer responsabilidade ou preocupação com a sobrevivência do trabalhador.

de todas as formas de trabalho aos imperativos da acumulação. Assim, diferentes formas de trabalho foram gradativamente se equalizando em alguma medida, estabelecendo-se como trabalho assalariado, regulado por contrato (ou acordo informal) que determina uma jornada de trabalho diária e uma esfera de reprodução fora da do trabalho.

### **Considerações sobre o trabalho reprodutivo**

Uma das discussões importantes dos anos 1970 entre feministas e marxistas foi sobre o lugar do trabalho doméstico na economia capitalista. Revisitar alguns pontos que fizeram parte dessa discussão pode ser interessante para elaborarmos melhor a hipótese levantada. O trabalho doméstico, como produtor de valor ou não, foi um dos pontos mais polêmicos desse debate. Mas e nós? O que achamos?

Se consideramos a jornada do trabalhador, vemos que ela é dividida, sendo uma parte dedicada à subsistência do trabalhador (convertida em salário) e outra apropriada pelo capitalista como mais-valor. Marx coloca que a determinação do salário está relacionada com o custo de sobrevivência do trabalhador e de sua família (um mínimo necessário para a subsistência física – mínimo necessário para a “produção” do trabalhador), mas que o que se aceita ou não como salário muda de acordo com as circunstâncias históricas, portanto, o salário e o tempo de trabalho dedicado à produção do mesmo são determinados fortemente pela luta de classes (Marx, 2013, pp. 243-244).

Mas cabe lembrar que diversos elementos que não passam pela esfera mercantil impactam o valor da subsistência do trabalhador, como, por exemplo, hortas ou produção de alimentos, fios, tecidos, etc. para uso familiar, ou mesmo o trabalho doméstico gratuito, que passa a oferecer uma série de “serviços” gratuitamente à família. Tais elementos contribuem para diminuir a quantidade de mercadorias a serem compradas pelo salário<sup>6</sup>, impactando no valor da força de trabalho e, portanto, na porcentagem mais-valor apropriado. Assim, trabalho reprodutivo e geração de valor apresentam-se, ainda que formalmente independentes, intimamente relacionados.

A discussão sobre o trabalho doméstico como produtivo ou improdutivo é antiga, e se arrasta até hoje. Penso que muitas e muitos intelectuais, diante da vontade e da necessidade de valorizar e visibilizar o trabalho doméstico buscaram afirmá-lo como produtivo. Entretanto, uma condição fundamental do trabalho produtivo é a produção de mercadorias a partir de outras mercadorias (meios de produção e força de trabalho) para a venda e a obtenção de lucro. Sem troca de mercadorias no mercado, é difícil falar em produção de mais-valor. Os

<sup>6</sup> Alimentos e roupas no primeiro caso, serviço de refeições, limpeza, cuidado de crianças e doentes, etc. no segundo.

produtos do trabalho doméstico não são trocados entre si na esfera mercantil, mas consumidos na esfera doméstica, como valores de uso, não como valores de troca; assim, não é possível que consideremos o trabalho doméstico como produtivo (Albarracin, 1988). Entretanto, dizer que um trabalho não é produtivo não o torna menos importante do ponto de vista da totalidade da sociedade. Há diversos trabalhos não produtivos, como, por exemplo, no setor de comércio e serviços e que são fundamentais ao modo de produção capitalista.

O economista Jesus Albarracin, no artigo *El trabajo domestico y la producción del valor* (1988), auxilia-nos na compreensão de alguns elementos para pensarmos o lugar do trabalho doméstico na produção de valor. Albarracin levanta, além de sua exclusão do trabalho doméstico da esfera mercantil, o fato de que, quando falamos em trabalho produtor de mercadorias, de valor, estamos sempre nos remetendo às ideias de trabalho abstrato (em geral, não específico) e de tempo de trabalho socialmente necessário (sendo o valor de uma mercadoria determinado pela média social de tempo para produzi-la). Isso requer comparar e medir diferentes trabalhos, o que não é possível fazer com o trabalho doméstico, já que o trabalho realizado em um núcleo familiar não se comunica com o realizado em outro núcleo. Assim, não seria possível definir uma média, um “trabalho doméstico abstrato socialmente requerido”, já que a forma e o tempo gasto com as tarefas são muito variáveis em cada lar, conforme classe, costumes, acesso a serviços, etc. (não há um mecanismo que estabeleça a relação entre as horas de trabalho doméstico da mulher de um peão e as da mulher de um engenheiro, diz ele). Assim, Albarracin aponta que a regulação do trabalho doméstico não se faz sob a lei do valor, sendo realizada fora dos circuitos do mercado.

Um outro elemento a se considerar é que o objetivo do trabalho doméstico é sempre a satisfação de uma determinada necessidade, o que coloca um caráter finito no mesmo. Ao terminar de lavar a louça e arrumar a casa, a mulher não é mandada pelo marido para trabalhar na casa ao lado para aumentar a exploração de sua mulher e sua acumulação de valor. A lógica expansiva de trabalho criador de valor não se dá no trabalho doméstico. Ele é realizado tendo em vista valores de uso, não de troca.

Entretanto, na medida em que o trabalho doméstico é um dos elementos que determinam o nível de vida dos trabalhadores e suas famílias, ele tem um papel fundamental na economia capitalista. Se, no âmbito das famílias, não podemos falar de apropriação de mais-valor, por outro lado o sistema capitalista como um todo, ao utilizar o trabalho doméstico para reduzir o valor da força de trabalho, e portanto, os salários, impacta diretamente na proporção de trabalho necessário na jornada de trabalho e, conseqüentemente, aumenta a massa total de mais-valor produzido pela classe trabalhadora. Embora o capitalista individual possa fazer pouco para reduzir o valor da força de trabalho, já que o salário que ele paga ao trabalhador independe do trabalho realizado pelas mulheres

destes em casa, o capitalismo em seu conjunto tem historicamente necessitado do trabalho doméstico como forma de manter o valor da força de trabalho mais baixo, e a apropriação de valor mais alta. Dessa maneira, Albarracin constata que o trabalho doméstico não está regulado pela lei do valor, mas como ocorre com quase todas as coisas sob o modo de produção capitalista, não é independente dela<sup>7</sup>.

Lise Vogel, em *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory* (2013), um importantíssimo exercício de compreensão das relações entre patriarcado e capitalismo, chama-nos atenção para o fato de que o capital utiliza duas formas de mais-valor relativo: uma delas a introdução de maquinaria/tecnologia para o aumento da produtividade, e outra, a redução do valor da força de trabalho. Para nós fica nítida a relação direta entre o trabalho doméstico, que garante a manutenção e reprodução da força de trabalho a um custo muito menor do que se o trabalhador tivesse que buscar no mercado todos os serviços realizados gratuitamente pela mulher em casa, e a geração de mais-valor relativo.

Vogel sustenta, entretanto, que o capitalismo seria marcado por uma tendência a reduzir a quantidade de trabalho realizado na família. A necessidade de exploração também da força de trabalho feminina no mercado de trabalho e a necessidade simultânea de seu trabalho doméstico gratuito no lar colocariam uma posição de contradição sobre a utilização do trabalho feminino pelo sistema capitalista. Ela aponta que, com a redução do trabalho doméstico (mas não eliminação!), como ocorrido ao longo de todo os séculos XX e XXI, a partir do desenvolvimento da indústria de alimentos, eletrodomésticos, etc., foi possível inserir mais membros da família na força de trabalho (principalmente as próprias mulheres). Dessa maneira, a redução do trabalho doméstico no capitalismo cria potencialmente tanto mais-valor relativo (a partir da manutenção do trabalho doméstico gratuito é possível manter o valor da força de trabalho mais baixo), quanto mais-valor absoluto (a partir da submissão de mais trabalhadores ao trabalho explorado).

Acrescento, ainda, que a redução do trabalho doméstico, quando há, sempre se faz acompanhada de um aumento do consumo de mercadorias (roupas, comidas, serviços), que, por sua vez, estão ligadas à produção e à circulação de capital. Jesus Albarracin (1988) ressalta, como parte da lógica do capitalismo, a eliminação gradativa da produção do autoconsumo e a crescente aquisição no mercado do que era costumeiramente produzido no âmbito doméstico; entretanto, historicamente, o aumento do consumo de mercadorias pela classe trabalhadora não teve, como contrapartida, um aumento dos salários.

<sup>7</sup> É interessante, nesse ponto, lembrarmos-nos das políticas de austeridade/ajuste, por exemplo, que buscam aumentar o mais-valor relativo por meio da redução do valor da força de trabalho. (Albarracin, 1988)

Lise Vogel, na obra já citada, traça um caminho interessante para a abordagem da opressão da mulher a partir da análise da mercadoria força de trabalho, uma mercadoria especial para o capitalismo, já que é a única mercadoria capaz de produzir mais-valor. Ela ressalta, entretanto, que, embora trocada no mercado, essa mercadoria não é produzida “capitalisticamente”, por via do mercado, mas via trabalho doméstico realizado nas famílias. Vogel observa que Marx, ao se debruçar sobre a jornada de trabalho, divide-a em *trabalho necessário* e *trabalho excedente*, definindo o trabalho necessário como a parte empregada para a reprodução do trabalhador (salário) e o trabalho excedente como parte empregada na produção de mais-valor. No entanto, segundo ela, essa é apenas uma das partes componentes do trabalho necessário, sua parte extraída do espaço produtivo e destinado à compra para elementos de subsistência no mercado, havendo também um componente “doméstico”, realizado pelas mulheres, responsável pela preparação dos alimentos, pelo cuidado da casa e das roupas e pela geração e cuidado das crianças, doentes e idosos, etc. A reprodução da classe trabalhadora dependeria tanto do *componente produtivo* quanto do *componente doméstico* do trabalho necessário. De acordo com o momento histórico do capitalismo, do local, da classe, etc., a proporção entre o “componente doméstico” e o “componente produtivo” do trabalho necessário alterar-se-ia.

A autora elenca três aspectos do trabalho necessário, tomado em seu conjunto – a manutenção direta dos produtores (trabalhador), a manutenção dos não-trabalhadores (crianças, velhos, doentes, e outros membros não-trabalhadores nas famílias) e a reposição geracional (biológica) da classe trabalhadora –, e observa que, destes, em tese, somente o último requer uma mínima divisão sexual do trabalho. Chama atenção, ainda, para o papel especial desempenhado pelas mulheres das classes trabalhadoras na reprodução da força de trabalho<sup>8</sup> e localiza a necessidade de reprodução da força de trabalho como chave para a compreensão das raízes da opressão à mulher na sociedade de classes. Assim, a opressão da mulher no capitalismo estaria ligada à necessidade do próprio modo de produção de utilizar a família como local privilegiado de reprodução da classe trabalhadora a baixos custos. Para Vogel, a separação entre produção e reprodução

<sup>8</sup> Essa localização de Lise Vogel sobre o lugar da mulher da classe trabalhadora na reprodução da força de trabalho nos parece muito pertinente para relacionar como a garantia de acesso ao aborto legal é muito mais limitada para as mulheres da classe trabalhadora. Para Vogel, a reprodução das mulheres da classe dominante serve à sua reprodução enquanto classe, transmissão de propriedade, etc., mas não à formação de força de trabalho. Um outro elemento importante que diferencia a mulher da classe dominante da mulher da classe trabalhadora é que aquela “terceiriza” boa parte do trabalho doméstico a partir da contratação de outras mulheres trabalhadoras, enquanto estas, mesmo quando trabalham de forma assalariada, continuam a ser sobrecarregadas pelo trabalho doméstico; assim, ainda que as duas sejam oprimidas enquanto mulheres, vivenciam essa opressão de maneiras bastante diferentes em diversos pontos.



e a divisão sexual do trabalho são manifestações empíricas da necessidade estrutural do capital de reprodução da classe trabalhadora<sup>9</sup>.

Susan Ferguson e David McNally ressaltam que, dessa maneira, o pivô da opressão da mulher não seria o trabalho doméstico realizado *em benefício do homem* na família (uma “exploração” da mulher pelo homem), ainda que este possa se manifestar de formas opressivas e alienantes. A mulher seria oprimida não porque seu trabalho em casa produz valor para o capital, nem por causa de um patriarcado trans-histórico, mas, sim, por conta da importância social do trabalho doméstico para o capital, ou seja, o fato de que a produção e a reprodução da força de trabalho é uma condição essencial para a dinâmica do sistema capitalista, tornando possível ao capitalismo reproduzir a si mesmo. As raízes sócio-materiais da opressão da mulher sob o capitalismo estariam no fato de que capital e Estado precisam regular a capacidade biológica de produção da próxima geração de trabalhadores a disposição para exploração (Ferguson & McNally, 2013, p. 27).

Nesse ponto, penso que as análises de Vogel podem deslizar sobre um certo biologicismo pautado sobre a reprodução biológica da classe. Ainda que esse seja um elemento fundamental, é necessário perceber que as respostas dadas às limitações biológicas são sempre sociais<sup>10</sup>. Além disso, não podemos perder de vista a importância do trabalho diário de “manutenção” da força de trabalho e sua influência sobre o mais-valor relativo. Nesse ponto, Jesus Albarracin parece avançar mais.

Vogel, também considera outros lugares/meios possíveis de reprodução, citando dormitórios, escolas, hospitais, organização do trabalho em campos de trabalho (no que tange à manutenção diária e ao cuidado de crianças, doentes e idosos), bem como outras formas de fornecimento de força de trabalho, como a imigração ou mesmo a escravidão, ainda que reconheça que a família heterossexual apresenta, historicamente, vantagem para a manutenção diária e a reposição geracional da força de trabalho do que outras formas. Entretanto, gostaríamos de ressaltar que a história do capitalismo, até agora, não tornou possível a garantia de serviços suficientes para eliminar o trabalho doméstico familiar ou conseguiu, de forma duradoura, organizar o trabalho e a reprodução de outra

<sup>9</sup> Vogel, nesse ponto, busca polemizar com autoras que defendem a divisão sexual do trabalho como fonte da opressão da mulher demarcando que não é esta a fonte, e sim a dependência sobre a reprodução, sendo a divisão sexual do trabalho uma consequência desta, mas não a causa.

<sup>10</sup> Questão levantada por Michelle Barret em *Rethinking women's oppression: a reply to Brenner* (Arruzza, 2010, p. 133)

maneira que não a partir da família, o que obviamente, do *ponto de vista econômico*, não é um impeditivo por completo, mas coloca dúvidas sobre as possibilidades de sua realização. Além disso, a imigração ou a escravidão, importação de força de trabalho, requer que esta tenha sido produzida (no caso, reproduzida) de alguma forma, em algum lugar.

Anos depois da publicação do livro em questão, Lise Vogel fez uma revisão de seu próprio trabalho, fazendo uma autocrítica sobre a utilização do termo “trabalho necessário” para se referir ao trabalho de reprodução da força de trabalho, e reafirmando a utilização do termo (trabalho necessário) apenas para o que chamou antes de componente produtivo do trabalho necessário. Dessa maneira ela quis distinguir e eliminar confusões entre uma parte mercantilizada, associada ao salário, e outra não-mercantilizada, associada ao trabalho doméstico (Ferguson & McNally, 2013, pp. 35-36). Entretanto, salvo esta correção, reafirmou o conteúdo fundamental de seu trabalho. Vogel foi uma das primeiras teóricas a elaborar uma leitura da opressão da mulher a partir do conceito de reprodução social, que posteriormente tem dado contribuições importantes de leituras não ortodoxas do marxismo e capazes de localizar a opressão de gênero dentro do materialismo histórico e sua função no modo de produção capitalista.

Para Cinzia Arruzza,

O termo reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade, como já mencionado. Na tradição marxista feminista, entretanto, reprodução social significa algo mais preciso: *a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional*. Neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado. (Arruzza, 2015a, p. 55; grifos meus)

### **Muito além do econômico...**

Até agora, a abordagem privilegiou aspectos econômicos ligados à relação entre produção e reprodução. Entretanto, a separação entre produção/trabalho fora do lar e reprodução/trabalho doméstico no capitalismo não foi realizada de uma hora para outra, e não é simplesmente um resultado automático de necessidades econômicas. Esse processo foi historicamente construído, contribuindo para ele duas principais movimentações: 1) O encapsulamento da produção doméstica artesanal, da agricultura familiar, de pequenas formas de produção coletivas à lógica da exploração capitalista do trabalho; 2) A ação deliberada dos Estados, sobretudo a partir da medicina e do direito modernos, sobre o formato das

famílias, as relações entre seus membros, a forma de lidar com o corpo, a reprodução e a sexualidade, etc.<sup>11</sup>.

Nesse processo, algumas formas de família foram reforçadas, modificadas ou reformatadas pelas políticas sociais dos Estados capitalistas. Em um processo contraditório, as formas de família compatíveis com a privatização da reprodução da força de trabalho foram preservadas e adaptadas à ordem de gênero da burguesia moderna. (Ferguson & McNally, 2013, pp. 27-28). Embora possamos ter discordâncias com Foucault, devemos reconhecer que o mesmo foi perspicaz ao perceber essa movimentação em que os Estados, deliberadamente por meio de leis, políticas públicas, medicina, etc, passam a regular a sexualidade e a família a partir do século XIX<sup>12</sup>.

Ressaltamos, entretanto, que esse processo se deu não somente no momento de consolidação do capitalismo, mas permanece como um processo vivo e em movimento até hoje. O capitalismo, continuamente, a partir de formas contraditórias e diversas, busca meios de ajustar as relações familiares, sexuais e de gênero às suas necessidades, e não somente essas relações, mas o conjunto das relações humanas (*ibidem*, pp. 31-32). Dizer isso não é cair em um determinismo econômico, mas perceber, pelo contrário, que o capitalismo não é um sistema econômico somente, mas um conjunto de relações sociais nas quais economia e cultura/sociedade/ideologia caminham juntas. A família patriarcal e a opressão das mulheres não nasceram com o capitalismo, mas foram apropriadas e modificadas segundo suas necessidades, em um processo vivo de relações sociais que também são culturais, ideológicas, históricas e mutáveis.

Ferguson e McNally observam que esse processo de ação dos Estados para modificar as formas de família não foi percebido por Marx. Penso que Marx e o conjunto dos socialistas do fim do século XIX e início do século XX, ao focarem no processo de degradação da família operária pela exploração capitalista e na perda de função produtiva da família no capitalismo, apostaram em uma leitura que ligava o capitalismo a um processo de colapso da família e das relações familiares<sup>13</sup>. Ao apostar todas as fichas no iminente fim da família, talvez não tenham

<sup>11</sup> Cabe observar, em especial, a ação da medicina e das políticas sanitárias sobre a reprodução e também a classificação e a repressão das sexualidades dissidentes a partir do surgimento e da consolidação da psicologia e psiquiatria. (Carrara, 2010b).

<sup>12</sup> Ver: Michel Foucault. *A História da Sexualidade*.

<sup>13</sup> Apostar no colapso, em curto prazo, da família também teve potencialidades: Marx e socialistas do fim do século XIX e início do século XX integraram a destruição da família e da opressão da mulher a seu programa e empreenderam lutas fundamentais e percepções importantes: perceberam o confinamento da mulher ao lar a partir do trabalho doméstico, compreenderam a necessidade de pensar de forma coletiva e social os serviços executados privadamente pelas mulheres no lar, combateram a desigualdade legal das mulheres, impulsionaram-nas para a luta por direitos, etc. O fruto mais rico dessas formulações foi o processo da Revolução Russa, onde os socialistas puderam colocar em prática a mais avançada experiência de políticas públicas para mulheres até então (e em muitos sentidos até hoje) (Silva, 2015).

conseguido perceber a profundidade com a qual o sistema capitalista como um todo ainda guardava funções fundamentais para a mesma<sup>14</sup>.

Cinzia Arruzza discorre sobre o processo de entrelaçamento entre patriarcado e capitalismo:

O patriarcado como forma de organização de uma parte da produção cessou há algum tempo as suas funções: o que se mantinha foi superado pelo capitalismo. O processo foi, e é, tudo menos linear. O capitalismo, por um lado, cortou os laços econômicos fundados no patriarcado e, por outro, conservou e utilizou de diversas formas as relações de poder e a ideologia patriarcal. Desagregou a família enquanto unidade produtiva, mas utilizou-a e transformou-a profundamente para garantir o trabalho reprodutivo da força de trabalho. Aqui as relações de poder patriarcais se saíram bem: o capitalismo tinha necessidade de descarregar na família o trabalho reprodutivo e, por sua vez, a subordinação das mulheres garantia a possibilidade de fazê-lo, convertendo-o numa carga para as mulheres e apoiando-se nas relações de opressão entre homens e mulheres. (Arruzza, 2010, pp.135-136)

Marx percebeu a opressão das mulheres na família e a exploração da mulher nas fábricas. No entanto, ao pensar a reprodução da classe trabalhadora, Marx aborda a questão somente a partir do salário, sem se ater a como a força de trabalho é concretamente reproduzida (biológica e socialmente). Apontar essas limitações no pensamento de Marx (ideia da família fadada a fim iminente, sem percepção de movimentações dos Estados, e pensar a reprodução a partir dos salários sem perceber como ela se dá fora do espaço produtivo e em relação com este) não significa que estamos chamando Marx de economicista. Isso seria injusto com seu trabalho. Há inúmeros momentos na obra de Marx em que este prova estar longe de simplificações economicistas. Significa, no entanto, perceber que Marx, humanamente, não se aprofundou em todos os assuntos da humanidade, e que há lacunas em seu pensamento a serem preenchidas – uma tarefa para a qual o próprio marxismo é uma ferramenta necessária.

Marx abordou bem menos que Engels a questão das mulheres especificamente, embora, em diversas obras, ele mencione a questão<sup>15</sup>. No entanto, em

<sup>14</sup> Marx assume a ideia de que o modo de produção capitalista está destruindo a família e não reconhece que a eliminação da família significa eliminação do local social onde a produção e a reprodução da força de trabalho ocorre (Ferguson & McNally, 2013, pp. 29-30).

<sup>15</sup> Para Marx, ver *O Manifesto Comunista, A Ideologia Alemã, O Capital, Sobre o Suicídio, a Sagrada Família* e outros. Em *Sobre o Suicídio*, Marx discorre sobre o suicídio refletindo fortemente sobre a opressão das mulheres na família patriarcal (Marx, 2006). Para Engels, ver *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* e *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*.

ambos encontramos contribuições fundamentais para se pensar a questão das mulheres e da família. O *materialismo histórico* percebeu a sociedade como um complexo de relações sociais nas quais as dominações e explorações de classe estão submetidas ao desenvolvimento histórico, e colocou a perspectiva de transformação a partir das contradições internas de cada formação social. Tais ideias são fundamentais para se pensar a desnaturalização dos papéis de gênero e das desigualdades que se formam a partir desses mesmos papéis, bem como para reconhecer a família como um elemento histórico submetido a mudanças e transformações. Marxismo e feminismo foram fundados sob a *necessária* historicização da sociedade e de suas relações de dominação, e sob a possibilidade de romper com a estrutura dada e modificá-la rumo à emancipação dos seres humanos.

Apesar de ser comum o marxismo ser acusado de privilegiar o econômico e elementos superestruturais para a definição no curso da história, Engels negou energicamente essa perspectiva, ressaltando a importância das relações de *reprodução*:

Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. [...] Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fator econômico é o único fator determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levantam sobre ela [...] também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. (Engels, 1890)

No que tange especificamente à questão da mulher, Trotsky, anos mais tarde, comentando sobre a libertação das mulheres na União Soviética, aponta para o fato de que

Mudar a raiz da situação da mulher não será possível até que se modifiquem todas as condições da vida social, familiar e doméstica. A profundidade dos problemas da mulher está dada pelo fato de que ela é, em essência, o elemento vivente no qual se *entrecruzam todos os fios decisivos do trabalho econômico e cultural*. (Bebel; Heller; Trotsky & Kollontai, 1980, pp. 75-76; grifos meus)

Cinzia Arruzza levanta a relação da esfera da reprodução com a formação das subjetividades, retomando, portanto, a centralidade da família como elemento formado e formador de ideias e relações de poder e reconectando relações de produção e relações de dominação. Ela postula:

devemos ter em mente que a esfera da reprodução social é também determinante na formação da subjetividade e, portanto, das relações de poder. Se levarmos em conta as relações que existem em cada sociedade capitalista entre reprodução social, a produção da sociedade como um todo, e as relações de produção, podemos dizer que estas relações de dominação e poder não são estruturas ou níveis separados: eles não se interseccionam de maneira externa e não mantêm uma relação meramente contingente com as relações de produção. As relações múltiplas de poder de dominação, portanto, aparecem como expressões concretas de uma unidade contraditória e articulada que é a sociedade capitalista. (Arruzza, 2015a, p. 56)

A autora ainda observa que uma relação de exploração implica sempre uma relação de dominação e alienação<sup>16</sup>, e que o processo produtivo está ligado a um processo disciplinar que parcialmente constrói o tipo de sujeito que o trabalhador se torna. Ela chama atenção para o fato de que as três dimensões estão juntas na crítica da economia política e observa que tanto posturas mais economicistas quanto mais culturalistas têm em comum a suposição de leis econômicas independentes das relações de dominação e alienação (Arruzza, 2015a, p. 53).

Assim, consideramos que a opressão de gênero e a família patriarcal são determinadas por e determinadoras de relações que estão para além das questões econômicas *stricto sensu*, ligando-se a um emaranhado de determinantes sociais. Nessa relação, econômico e ideológico/cultural não mantêm uma relação de automatismo, mas interagem mutuamente. É sempre bom ter em mente que, para Marx, produção e reprodução formam uma unidade indivisível em que as duas formas atuam como momentos de uma totalidade articulada (Arruzza, 2015a).

Assim, é necessário olhar mais a fundo para que tipo de família é impulsivada pelo capitalismo, percebendo suas funções, determinações e normatizações para além da questão da reprodução da força de trabalho. Olhar essa família significa perceber que ela não é qualquer família, mas, sim, precisamente, uma família patriarcal (marcada pela submissão da mulher ao homem), heterossexual, monogâmica, autoritária, etc.

Esse formato de família está ligado às funções que ela exerce. Nesse sentido, cabe observar que a família “burguesa”, cultivada pelo capitalismo, cumpre papel fundamental para:

<sup>16</sup> Abigail Bakan, discorrendo sobre a opressão racial, coloca: “A exploração refere-se a relações sociais que se desenvolvem e são reproduzidas no processo de extração econômica de excedente. A alienação refere-se ao distanciamento geral dos seres humanos daquilo que faz deles de fato humanos. A opressão pode ser vista operando em duas formas distintas, como uma opressão de classe e como uma opressão específica. A opressão é variável e contingente; é, contudo, necessária para a reprodução das relações sociais do capitalismo” (Bakan & Dua, 2014, p. 116; tradução nossa).

– A internalização dos valores e moral “burgueses” pela classe trabalhadora. É na família que aprendemos desde cedo o que é certo e o que é errado, quem devemos respeitar e como se portar no convívio em sociedade. Em especial, destacamos o aprendizado do respeito à propriedade (roubar é errado) e a internalização e naturalização da ideia de autoridade, e obediência a leis que podem ser injustas, mas não podem ser mudadas (a primeira ordem que devemos obedecer sem questionar e que não podemos mudar, geralmente, vem de nossos pais), etc.

– A internalização dos valores sexistas, heterossexuais, monogâmicos, etc., fundamentais à perpetuação da própria família, a partir de uma educação diferenciada para homens e mulheres, responsável por naturalizar e reificar concepções binárias de gênero e orientação sexual. Assim, desde pequenos, de acordo com o sexo designado, recebemos uma educação diferenciada, que traça lugares de convívio e papéis sociais, valores, habilidades e desejos diferenciados para homens e mulheres<sup>17</sup>. É a partir deste processo que acoplamos sexo, identidade e expressão de gênero e orientação sexual como uma coisa só, geralmente biologizando sua origem e perdendo, ao realizar isso, o fio de ligação do gênero e da sexualidade à sua construção cultural, social e histórica.

Trotsky (2008, p. 170), comentando sobre os retrocessos nas legislações sobre a família e as mulheres na União Soviética sob o stalinismo, ressalta a ligação entre os retrocessos e as necessidades econômicas (industrialização) e ideológicas (política autoritária) do governo. Mas também chama atenção sobre a relação entre a família o disciplinamento da força de trabalho. Cultivar os valores familiares também significava induzir o trabalhador a, no fim do dia de trabalho, não ir a bares e festas com os amigos (o que, muito provavelmente, o faria ir trabalhar prejudicado no dia seguinte), mas, sim, voltar para casa, jantar com sua família e, no dia seguinte, estar pontualmente no local de trabalho<sup>18</sup>.

Lise Vogel (2013, p. 195) explica que a classe dominante e o capitalismo encorajam a supremacia masculina para estabilizar a reprodução da força de trabalho e manter o trabalho necessário em níveis aceitáveis (relação entre salário e mais-valor). Nesse ponto, acrescentamos que não só para isso, mas também para a reprodução de relações de poder fundamentais a seu próprio desenvolvimento. Machismo, sexismo, homofobia e outros não são só resultados secundários de

<sup>17</sup> Temos aqui como base o conceito de gênero, considerando-o como a ideia de que, amparando-se nas diferenciações biológicas de homens e mulheres, constroem-se papéis de gênero aos quais os mesmos devem se adequar, e que tais papéis são uma *construção social, cultural e histórica* que ditam posições e funções diferentes entre homens e mulheres na sociedade. O termo *gênero* surgiu para se opor ao termo *sexo*, buscando desnaturalizar as diferenças entre homens e mulheres justificadas com base em critérios biológicos, e evidenciar a construção social das diferenças entre os sexos. Para mais ver: Scott, 1990 e Carrara, 2010a.

<sup>18</sup> Esse elemento também é considerado por Wendy Goldman em *Mulher, Estado e Revolução* (2014).

uma necessidade econômica, mas são mecanismos que impulsionam relações sociais necessárias para a consolidação das relações de poder e produção capitalistas.

Nessa relação de poder hierárquica entre homens e mulheres, feminino e masculino, os homens, independentemente de sua classe, obtêm benefícios e privilégios que minam as relações de solidariedade intra-classe. É interessante perceber que, historicamente, parte do movimento socialista acusou o feminismo de divisor da classe trabalhadora; no entanto, é o machismo (assim como outras opressões) que divide a classe ao produzir relações de estranhamento e alienação intra-classe.

Abigail Bakan coloca:

A alienação é expressa na distância entre o significado de “si próprio” e o significado de “outro”. [...] A alienação cria um sentimento de solidão e isolamento, baseado em uma experiência universalizada de competição com outros seres humanos. Não é delimitada pela classe ou definida por qualquer lei do movimento totalizante. Mas permanece endêmica à sociedade de classe, e toma uma forma extrema na sociedade capitalista em particular. (Bakan & Dua, 2014, p.106; tradução nossa)

Por último, cabe ainda analisar um processo de retroalimentação simbólica entre machismo e capitalismo. O machismo/patriarcado traz em si uma misoginia responsável por valorizar o que é masculino e desvalorizar o que é feminino e que o capitalismo também traz consigo uma valorização da esfera da produção (e do mercado). Assim, em uma sociedade marcada não só por uma divisão entre esferas da produção e reprodução, mas também em uma divisão sexual do trabalho, temos uma situação onde machismo e capitalismo se autorreforçam, fazendo com que a produção, o mercado, a geração de valor sejam visibilizados e valorizados, em grande medida, tanto porque são espaços de produção e realização dos lucros capitalistas, como porque são espaços fortemente identificados como masculinos.

As consequências desses elementos subjetivos (mas muito lucrativos) são nítidas quando olhamos para a força de trabalho assalariada feminina, determinando onde e como essa força de trabalho será alocada. Assim, o trabalho feminino é fortemente marcado por uma divisão sexual do trabalho, que coloca as mulheres em profissões e funções geralmente análogas às suas tarefas no espaço reprodutivo (similares às tarefas de mãe, esposa e dona de casa: limpeza, serviços, educação, saúde, etc.). Entretanto, há não só uma demarcação de espaços, mas também uma subvalorização, tal como no restante da sociedade, do feminino, e, nesse caso do trabalho feminino em relação ao trabalho (ou ramos) masculino. A



força de trabalho feminina, por ser feminina (o que significa uma subcidadania, menos direitos, etc.), pode ser fortemente precarizada e, por ter uma qualificação geralmente adquirida ao longo de uma vida inteira de educação e treino em habilidades de mãe, esposa, dona de casa etc., mas sem reconhecer essas habilidades como qualificações, pode ser empregada de determinada forma, inclusive, utilizando essa “não-qualificação” como justificativa de seu lugar precarizado.

Também é importante notar que o processo de precarização do trabalho feminino e feminização do trabalho está intimamente ligado a um processo de desmonte de direitos da classe trabalhadora como um todo, tanto porque cria nichos precarizados da classe para a exploração, jogando o nível dos direitos para baixo, quanto porque utiliza esses nichos como laboratório de testes para desmontes de direitos, posteriormente estendidos a toda classe<sup>19</sup>.

Assim, fica claro como exploração, opressão e alienação mutuamente se reforçam e fazem parte de um processo inseparável, bem como algumas consequências que isso traz para pensarmos a questão da opressão de gênero no capitalismo.

### **Independência ou em dependência?**

Lise Vogel, na obra que utilizamos como referência (Vogel, 2013), reivindica uma *teoria unitária* entre feminismo e marxismo. A autora desenvolve a ideia de que o capitalismo submete a família e a opressão da mulher às suas necessidades de produção e acumulação, apoderando-se dessas estruturas para seu funcionamento e passando a regê-las sob suas leis. Assim, polemizando com as feministas que defendem um sistema dual, Lise Vogel defende que, no capitalismo, não é possível falar em um “sistema patriarcal” autônomo, que funcionaria segundo suas próprias leis.

Vale também perceber que o fato de a opressão da mulher ser anterior ao capitalismo não significa que esta não esteja submetida à lógica capitalista<sup>20</sup>. Assim, Vogel busca afastar-se de leituras que se aproximam da defesa da existência de um patriarcado trans-histórico ou de um modo de produção patriarcal paralelo ao modo de produção capitalista.

As perspectivas que trabalham com a ideia de patriarcado e capitalismo como sistemas separados apresentam variações entre si. O debate entre essas diferentes variações foi bastante rico e apresenta alguns elementos interessantes que merecem ser levantados aqui.

<sup>19</sup> Nota-se ainda que, embora a mulher tenha entrado massivamente na força de trabalho assalariada, a mesma continua como principal responsável pelas tarefas domésticas (ou alguma outra mulher na família), acumulando uma dupla jornada de trabalho (assalariado e doméstico).

<sup>20</sup> Cabe perceber que produção, mercado e Estado também têm sua existência anterior ao capitalismo, e, no entanto, ocupam lugar de centralidade no mesmo.

Segundo Arruzza (2010, pp. 79-103), para a tese dual, o patriarcado remanescente hoje deriva de modos de produção anteriores e é um sistema independente do capitalismo, podendo se combinar com ele<sup>21</sup>. Geralmente, é comum nessa perspectiva a ideia do patriarcado como sistema de opressão e exploração – assim homens e mulheres são considerados *classes*<sup>22</sup> diferentes –, no qual o homem não só oprime a mulher, mas a *explora* por via do casamento (Cristine Delphy e outras). Definindo homens e mulheres como classes diferentes, defendem que a luta contra o patriarcado é a principal e primeira luta que deve ser empenhada pelas mulheres, polemizando, dessa maneira, com as feministas que se engajavam na luta de classes. A luta de classes seria enganadora, pois colocaria a mulher do lado de seu opressor<sup>23</sup> (Delphy, 2015).

Vários dos elementos de crítica dessas colocações já foram expostos no curso do texto até aqui, em especial sobre a existência de uma relação de exploração entre homens e mulheres. Sem apropriação de sobre-trabalho (relação de exploração econômica), e compartilhando todo um universo social de experiências em comum, é difícil também falar em homens e mulheres como classes diferentes (e antagônicas, em luta). Além disso, como levanta Arruzza, lidar com a perspectiva de um modo de produção patriarcal, autônomo, coloca necessariamente a tarefa de responder por que ele continuamente se reproduz. Marx, ao desvendar o funcionamento do sistema capitalista, fala-nos de seu motor: a necessidade crescente do capital de se valorizar em um ciclo eterno, de produzir cada vez mais valor a partir da exploração do trabalho. Falar simplesmente que o motor do patriarcado é a própria hierarquia dos sexos, os benefícios e privilégios que os homens têm com a opressão da mulher, ou mesmo a defesa de que o papel reprodutor da mulher condiciona-a à exploração de seu trabalho doméstico (Sulamith Firestone) não é suficiente, pois arriscamos cair em uma concepção a-histórica de patriarcado (Arruzza, 2010. pp. 79-82; 98-104).

A mesma autora, ao comentar sobre o fato de as perspectivas duais serem mais difundidas entre teóricas e ativistas do movimento feminista, ressalta que isso ocorre porque é uma interpretação que reflete a realidade da forma que aparece para nós, não se tratando de uma questão de “falsa consciência”, mas do modo de experiência determinado pelo próprio capital: a fragmentação da percepção da realidade. Ela levanta:

<sup>21</sup> Entre essas perspectivas, há nuances importantes sobre a forma de interação entre patriarcado e modos de produção. Para algumas, seria possível falar de um modo de produção patriarcal escravagista, um modo de produção patriarcal feudal, um modo de produção patriarcal capitalista, etc. (Heidi Hartman). Para outras, o patriarcado manter-se-ia o mesmo em um e em outro modo de produção (Juliet Mitchell). Para mais ver: Arruzza, 2010.

<sup>22</sup> Nessa perspectiva, a apropriação e o uso de classe que é feita tendem a considerá-la apenas no sentido econômico.

<sup>23</sup> Muitos desses elementos são apropriados como base pelo feminismo radical. Aliás, muitas das autoras que traçaram a ideia de patriarcado e capitalismo como sistemas independentes foram fundadoras do feminismo radical.

Uma vez que nossa percepção é fragmentária e aqueles que desenvolveram uma consciência da desigualdade de gênero normalmente a experimentam e percebem como determinada por uma lógica que é diferente e separada do capital, qualquer negação da visão de que o patriarcado é um sistema independente dentro do capitalismo inevitavelmente encontra rejeições e dúvidas. (Arruzza, 2015a, p. 45)

Por último, precisamos comentar sobre a perspectiva que Arruzza chama de “capitalismo indiferente”, ou seja, de que o patriarcado seria anterior ao capitalismo, sendo apropriado por este apenas de uma forma oportunista: eliminando o que lhe é prejudicial e conservando o que lhe é conveniente. O capitalismo em si seria indiferente à opressão de gênero e tenderia, inclusive, a reduzi-la ou a superá-la<sup>24</sup>. No entanto, em *Logic or History? The Political Stakes of Marxist-Feminist Theory*, a mesma autora pontua:

A definição de um capitalismo essencialmente “indiferente” à opressão racial e da mulher – explorando-os em termos meramente oportunistas – falha em levar em conta o fato de que o capitalismo não só “usa” opressões preexistentes, mas também as produz como um subproduto da acumulação. (Arruzza, 2015b; tradução minha)

### Considerações finais

Ao longo do artigo, analisamos diferentes formas pelas quais o capitalismo se apropria e produz desigualdades de gênero. Refletimos sobre como o capitalismo aprofunda a separação entre produção e reprodução e se apropria da família e da opressão das mulheres para a reprodução da força de trabalho, sobre a forma como machismo e exploração se entrelaçam e recaem sobre a mulher trabalhadora, sobre como a supervalorização da esfera produtiva e a misoginia se juntam e se reforçam por meio da divisão sexual do trabalho, sobre o papel central assumido pela hierarquia de gênero em conformação com os valores e as injustiças burguesas e na reprodução dessas próprias relações patriarcais que atuam pacificando, disciplinando e dividindo a classe trabalhadora e reforçando as relações sociais necessárias ao capitalismo.

Compreendemos que a separação entre produção e reprodução no capitalismo constrange o mesmo à apropriação da opressão de gênero e da família

<sup>24</sup> Ainda nessa visão, há uma diferenciação entre perspectivas: uma que defenderia a possibilidade real de o capitalismo superar a opressão de gênero, o que se provaria pela maior liberdade relativa das mulheres no capitalismo que em outros modos de produção anteriores; outra faria uma distinção entre níveis lógicos e históricos – logicamente, o capitalismo não necessita da opressão da mulher, mas, historicamente, não é assim que se verificou.

patriarcal para estruturar elementos fundamentais de seu funcionamento econômico, e também ideológico e político, de forma que se torna difícil imaginar o capitalismo prescindindo da opressão de gênero. Nesse sentido, é necessário perceber elementos como as relações entre o surgimento do capitalismo e a formação da família, entre os processos de expansão industrial acelerada e a utilização da força de trabalho feminina, entre as ditaduras e regimes repressivos e o impulsionamento da ideologia do culto à família e do controle sobre sexualidade e reprodução, entre a feminização do trabalho e a precarização do trabalho, entre a inserção das mulheres na força de trabalho e a não alteração das relações de gênero, e explicá-los a partir de um ponto de vista que seja não somente feminista, mas também marxista, e que consiga perceber não só a opressão de gênero, mas também como essa se articula e que funções ela tem no sistema capitalista vigente.

Essa tarefa aparece cada vez mais urgente, sobretudo hoje, momento pelo qual passamos por uma crise econômica que não dá sinais de que vá se resolver em poucos anos; pelo contrário, o capitalismo parece precisar de ajustes cada vez mais profundos para sua perpetuação. Hoje, o desmonte dos serviços públicos, os ajustes/arrochos salariais, o crescimento do desemprego e a valorização da família não são elementos dissociados. O crescente culto à família (patriarcal, autoritária, conservadora, heterossexual, monogâmica, etc.) impulsionado pelo conservadorismo político e moral recai muito bem sobre os ombros da crise, no sentido de se apropriar ainda mais do trabalho feminino frente ao desmonte de direitos, de explorar ainda mais a mulher trabalhadora e, a partir da precarização de seu trabalho, forçar a precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora como um todo, e de conter e conformar a classe trabalhadora sob essas novas condições.

Diante de todas essas colocações, parece-nos que capitalismo e patriarcado estabelecem uma relação *necessária* com a opressão de gênero (não só da mulher, pois a opressão a sexualidades e identidades de gênero dissidentes também cumpre um papel fundamental para legitimar as estruturas de poder patriarcais) como consequência de uma relação de *dependência* entre produção e reprodução sob a produção em moldes capitalistas<sup>25</sup>. Para nós, a tese unitária parece trazer uma base mais fértil para aprofundar uma visão sobre o lugar da opressão da mulher no capitalismo em uma perspectiva mais próxima do pensamento marxiano.

Retomar a articulação de necessidade e dependência entre capitalismo e opressão de gênero tem como consequências políticas não só a leitura de que

<sup>25</sup> No artigo “Avanços e limites na incorporação da luta pela emancipação da mulher na revolução russa e governo soviético a partir de seus intelectuais”, arrisco uma análise dessa relação de dependência para produções não necessariamente capitalistas, mas na qual a organização do trabalho funciona relativamente da “mesma forma”, sem romper com uma relação de separação entre produção e reprodução. No caso, analisamos as políticas da Rússia soviética (Silva, 2016).

superar a opressão de gênero implica a necessidade de superação do capitalismo, mas também o reconhecimento de que a luta feminista é, em última instância, anticapitalista. Essa constatação coloca desafios tanto para as organizações políticas e movimentos sociais quanto para o movimento feminista, a partir da necessidade de atualização, reinvenção, sínteses, críticas e autocríticas, formulações, etc. Em especial, impõe um grande desafio para o feminismo do século XXI: sua necessária articulação com a perspectiva de transformação social. Tal transformação social precisará lidar com o caráter ideológico/subjetivo da opressão de gênero, mas também precisará re-conectar suas relações com o trabalho (produtivo/assalariado e reprodutivo) e a necessidade de transformação deste, buscando reorganizar a forma de viver da humanidade.

### Referências bibliográficas

- ALBARRACIN, J. “El trabajo doméstico y la ley del valor.”, *Imprecor*, Madrid, Tema nº. 63, pp. 67-69, 1988.
- ARRUZZA, C. *Feminismo e Socialismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010.
- \_\_\_\_\_. “Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo.”, *Outubro*, nº 23, pp. 33-58, 2015a. Disponível em: <<http://bit.ly/1IV8ss1>>. Visitado em: 20/09/2016.
- \_\_\_\_\_. *Logic or History? The Political Stakes of Marxist-Feminist Theory*. 2015b. Disponível em: <<https://viewpointmag.com/2015/06/23/logic-or-history-the-political-stakes-of-marxist-feminist-theory/>> Visitado em: 16/11/2016
- BAKAN, A. B. & DUA, E. *Theorizing anti-racism: Linkages in Marxism and Critical Race Theories*. University of Toronto Press, 2014<sup>26</sup>.
- BEBEL, A.; HELLER, A.; TROTSKY, L. & KOLLONTAI, A. *Da velha à nova família*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- CARRARA, S. (org.). *Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade*. v. 2. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010a.
- \_\_\_\_\_. *Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade*. v. 3. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010b.
- DELPHY, C. “O Inimigo Principal.”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº17. Brasília, maio-agosto de 2015, pp. 99-119.
- ENGELS, F. *Carta para Joseph Bloch*. 1890. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>>. Visitado em: 20/09/2016.

<sup>26</sup> O trecho utilizado no artigo refere-se ao capítulo 5 do livro, chamado *Marxism and Anti-racism: Rethinking the Politics of Difference*. Sua tradução foi disponibilizada por Rebecca Freitas ao Grupo de Estudos Mundos do Trabalho, coordenado pelo professor Marcelo Badaró Mattos.

- FERGUSON, S & MCNALLY, D. "Capital, Labour-Power, and Gender-relations: introduction to the Historical Materialism Edition of Marxism and the Oppression of Women. (introduction)" In: VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.
- GOLDMAN, W. *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K. *Sobre o Suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política: livro 1: O processo de produção da capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica.", *Educação e Realidade*, v.16, n.2, jul./dez. 1990, pp. 5-22.
- SILVA, D. "Encontros e desencontros entre marxismo e feminismo: Uma análise da incorporação da luta pela emancipação das mulheres entre os revolucionários russos a partir de Lênin, Kollontai e Trotsky.", *História e Luta de Classes*, nº 20, setembro de 2015.
- \_\_\_\_\_. "Avanços e limites na incorporação da luta pela emancipação da mulher na revolução russa e governo soviético a partir de seus intelectuais" In: *Anais do IX simpósio nacional estado e poder: Gramsci na Pesquisa Histórica*. Disponível em: <<https://files.acrobat.com/a/preview/472aa1e4-63df-4be2-8709-1e027d5a8270>>. Visitado em: 16/11/2016.
- TROTSKY, L. *A Revolução Traída*. São Paulo: Centauro Editora, 2008.
- VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.

Artigo recebido em 07 de dezembro de 2016

Artigo aprovado em 16 de dezembro de 2016